

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2002

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada** (4.ª Revisão – 1997).
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
 - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
 - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo III, constituído, também, por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo IV, constituído por 2 temas de opção.
- Nos Grupos I e IV dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

V.S.F.F.

129/1

I

Após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só os quatro primeiros serão classificados.

O homem é um ser eminentemente social, com vocação para viver em sociedade. Esse relacionamento com os outros impõe o respeito de normas de conduta, ou seja, de certos princípios éticos. Por outro lado, o equilíbrio das relações sociais e a resolução dos conflitos pressupõem um sistema regulador jurídico-judiciário, com as suas leis e tribunais, para aplicar o direito e realizar a justiça.

António Arnaut, *Ética e Direito*, Livraria Mateus, Coimbra, 2000

1. A vida em sociedade impõe a existência de normas de conduta.
Indique três ordens sociais normativas.
2. Os tribunais desempenham um papel fundamental na resolução de conflitos.
Refira em que consiste o princípio da independência dos tribunais.
3. A equidade é um processo, um meio de alcançar a Justiça.
Diga o que se entende por equidade.
4. A boa execução de uma lei exige quase sempre a sua regulamentação.
Defina regulamento.
5. Existem vários mecanismos de controlo da constitucionalidade das leis.
Refira em que consiste a fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis pelo Presidente da República.

II

A regulamentação do comércio de animais de estimação, até hoje inexistente, vai ser objecto de legislação. Assim, quando a nova lei entrar em vigor, para se poder comprar um cachorro, este terá de ter a idade mínima de oito semanas e um boletim sanitário creditado.

Expresso, 07.08.2000 (adaptado)

1. A venda de animais de estimação vai ser objecto de regulamentação.
Indique os órgãos de soberania que poderão ter iniciativa legislativa nesta matéria, de acordo com a Constituição da República Portuguesa.

2. A palavra «lei» pode ser usada em sentido material e em sentido formal.
Distinga lei em sentido material de lei em sentido formal.
3. **Relacione** a necessidade de regulamentação do comércio de animais de estimação com a evolução social.

III

Art.º 675.º do Código Civil

1. Vencida a obrigação, adquire o credor o direito de se pagar pelo produto da venda judicial da coisa empenhada, podendo a venda ser feita extrajudicialmente, se as partes assim o tiverem convencionado.

...

Atendendo ao disposto no artigo acima transcrito, considere a seguinte situação:

João pediu a Joaquim 750 euros emprestados, durante 3 meses, para pagar a viagem de fim de curso, dando como penhor a sua prancha de *surf*. Como tinha em vista um emprego, estava convencido de que conseguia restituir o referido montante no prazo estipulado. Todavia, tal não veio a acontecer, uma vez que o emprego em causa foi atribuído a outra pessoa.

1. O empréstimo é um negócio jurídico.
Classifique os negócios jurídicos, quanto a três dos critérios estudados.
2. O penhor é uma garantia dos contratos.
Distinga penhor de hipoteca.
3. **Explique**, com base na disposição legal transcrita, qual poderá ser a actuação de Joaquim.

V.S.F.F.

129/3

IV

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

O incumprimento de dívidas e de contratos é a principal causa das petições accionadas em tribunais cíveis. Trata-se de uma bola de neve, que ameaça paralisar uma máquina que, tendo a lentidão como uma qualidade inerente, se vê cada vez mais incapaz de responder às solicitações. Os juízes preconizam a adopção de um Código do Consumidor, um diploma que preencha uma lacuna no ordenamento jurídico português, passando a condicionar a concessão de crédito ao nível do rendimento do agregado familiar, a exemplo do que já se verifica em vários países da União Europeia.

Público, 13.07.2000

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- o aparecimento de lacunas na lei;
- a adopção de um Código do Consumidor como contributo para a certeza e estabilidade das relações jurídicas.

TEMA B

Art.º 2.º da Constituição da República Portuguesa

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- as características do Estado de direito democrático;
- a importância da existência de eleições livres num Estado de direito democrático.

FIM

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 x 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

Tema A ou B	30 pontos
	30 pontos

TOTAL **200 pontos**